Jaime do Inso no Orientalismo Português

Lurdes Escaleira*, Jorge Baptista Bruxo**

RESUMO: Jaime Correia do Inso (1880–1967), oficial da armada e escritor, revelou-se um apaixonado por Macau e pela China, tendo-lhes dedicado parte importante da sua actividade literária. Isto sem descurar que também realizou importantes estudos históricos relativos à marinha portuguesa e, episodicamente, sobre alguns assuntos acerca de Timor, África e Brasil, esparsos em várias revistas e jornais.

Mas o cerne deste artigo é a questão de saber se Jaime do Inso é ou não correctamente qualificado como orientalista, com lugar entre os orientalistas portugueses, sendo para isso necessário determinar o que deve entender-se por Orientalismo e, especificamente, por Orientalismo português, recorrendo a vários estudiosos como Edward Said, Everton Machado e Isabel Pires de Lima.

Apresenta-se, depois, uma síntese da vida e obra intelectual de Jaime do Inso, afirmando-se que ele se revela como um homem do seu tempo, comprometido com as linhas fundamentais da política colonial portuguesa da primeira metade do século XX.

Por fim identificam-se os principais sinais de Orientalismo em *O Caminho do Oriente*, uma obra que embora revestindo a característica de romance com singelo enredo, não deixa de ser um misto de crónica, no qual se descreve uma viagem marítima de Lisboa a Macau e algumas cenas da vida em Macau e Hong Kong.

Conclui-se que Jaime do Inso é realmente um Orientalista porque *O Caminho do Oriente* está cheio de indícios, constantes de excertos que se transcrevem ao longo do artigo, demonstrativos de estereótipos e de convicções reveladoras de manifesto eurocentrismo presente no Orientalismo Português.

PALAVRAS-CHAVE: Orientalismo; Oriente; Português; Macau; China.

Bachelor in Philosophy from the University of Porto. B.A. and Master in Public Administration from the University of Macao. She obtained her Doctorate from the University of Porto with the thesis Ensino da Tradução em Macau: dos curricula propostos à realidade de Mercado, published in Macao in 2012. She is an author and co-author of various articles published in Portugal, Macao, Brazil and India, and co-author of the work Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX (2017).

Graduated in Law from the University of Lisbon, Master in Portuguese Language and Culture from the University of Macao, having been part of the academic staff in Macao Polytechnic Institute. He authored and co-authored several articles and books, namely Padre Joaquim Guerra, uma Biografia Intelectual (2004) and Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX (2017).

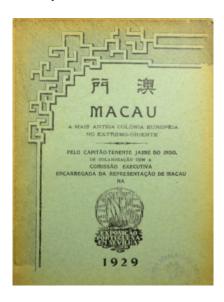
^{*} Licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto. Licenciada e Mestre em Administração Pública pela Universidade de Macau. Obteve o doutoramento na Universidade do Porto com a dissertação Ensino da Tradução em Macau: dos curricula propostos à realidade de Mercado, publicada em Macau em 2012. É autora e co-autora de vários artigos publicados em Portugal, Macau, Brasil e Índia e co-autora da obra Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX (2017).

^{**} Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluiu o mestrado em Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Macau, tendo sido docente do Instituto Politécnico de Macau. Publicou, como autor ou co-autor, vários artigos e livros, como Padre Joaquim Guerra, uma Biografia Intelectual (2004) e Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX (2017).

Nota Introdutória

Jaime Correia do Inso é um autor que tem vindo a ser integrado no grupo dos orientalistas¹; no entanto, pode e deve questionar-se da justeza desse qualificativo, sendo que a resposta obriga a uma análise das suas obras literárias face ao conceito de Orientalismo.

Na abordagem ao Orientalismo tomamos como referência o pensamento de Edward Said² (1995: 5), para quem o Oriente e o Ocidente, enquanto entidades geográficas e culturais — para já não dizer históricas são criações do homem. Por conseguinte, tanto como o Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem história e uma tradição e pensamento, de imagens e um vocabulário que lhe deram uma realidade e uma presença no e para o Ocidente. Ainda segundo este autor (1995: 7) o Orientalismo chegou a ser um sistema para conhecer o Oriente, um filtro que o Oriente aceita para entrar na consciência ocidental. Mas não pode olvidar-se que o orientalismo de Said tem limitações, em parte decorrentes de a sua análise se ter fixado fundamentalmente no século XIX e na acção colonial de França e de Inglaterra no Médio Oriente e, consequentemente, a sua visão ter alguns enviesamentos como registam os seus críticos, nomeadamente John Mackenzie.



Capa da obra: MACAU, a Mais Antiga Colónia Europeia no Extremo Oriente Ecléctica | INSO (Jaime do). MACAU A Mais Antiga Colónia Europeia no Extremo Oriente. Macau. 1929 | leilões de livros (eclecticaleiloes.com).

Partindo destas ideias gerais e do pressuposto que o conceito de Orientalismo³ pode ser um instrumento útil de análise, apesar de eivado de circunstancialismo e de relativismo, destacamos três significados de Orientalismo, todos eles interdependentes.

O primeiro sentido (Said, 1990) corresponde à área de estudos superiores que tem como objecto os povos e culturas orientais. Como disciplina académica esta visão do Orientalismo emergiu, formalmente no século XIV, com o início do estudo de línguas e literaturas orientais em universidades europeias medievais e mantém-se no presente em meios universitários de todo o mundo, como sejam os casos das disciplinas de hebraico, árabe, indologia, sinologia ou japonologia. Esta área de estudos, inicialmente europeia, compreendeu não apenas a docência, mas até principalmente a investigação, incluindo a recolha de materiais e testemunhos, bem como a consequente investigação nos domínios filológico e lexicográfico, bem como a produção de obras intelectuais e artísticas sobre o Oriente. E não se pode perder de vista que as universidades europeias eram então instituições fortemente influenciadas pela Igreja Católica e, posteriormente, por outras entidades diferentes, mas também cristãs e eurocêntricas.

Num segundo sentido o Orientalismo é um estilo de pensamento baseado na distinção ontológica e epistemológica entre Oriente e Ocidente, sempre majorando este em detrimento do primeiro, que geograficamente vai desde o Próximo Oriente, Egipto, Turquia e Palestina, por exemplo, ou mais afastado, o Extremo Oriente, entre outros Índia, Tailândia, China e Japão. Mas neste sentido, como nos demais dois aqui referidos, não se trata de realidades geográficas: Oriente e Ocidente são áreas de estudo, constructos conceituais ou doutrinas de relações intercivilizacionais. Neste sentido (Said, ibidem: 51) está compreendida uma grande quantidade de escritores, entre os quais poetas, novelistas, filósofos, teóricos de ciência política, economistas e administradores imperiais [que] aceitaram esta distinção básica como ponto de partida,



Ficha técnica e capa de *O Caminho do Oriente* de Jaime do Inso caminho2.jpg (834×604) (bp.blogspot.com).

para elaborarem teorias, textos épicos, novelas, descrições sociais e avaliações políticas sobre o Oriente, os seus povos, costumes, "pensamentos", destino, etc. 4 Estes orientalistas, de forma mais ou menos exuberante, acabaram por ser paternalistas, ou pelo menos condescendentes com o que consideram as inferioridades, fraquezas e fragilidades orientais, enaltecendo, quando muito, as tradições, as obras literárias e artísticas e o pensamento relativos a alguns períodos do passado que avaliaram como pertencentes a extintas épocas de ouro. Facto que em si mesmo até tem implícita a condenação por não terem sabido manter ou superar aquilo que de bom já tiveram, considerando que, depois, regrediram e estagnaram. Mas na modernidade, isto é, no século XIX e primeira metade do XX, era imperioso convertê--los aos quadros mentais e formas de pensamento do Ocidente, proclamando que modernização e ocidentalização se equivaliam. Acrescia que a visão do Oriente pelos ocidentais que o contactaram era, regra geral, estereotipada, generalizando-se o que eram apenas casos singulares e transformando em estrutural ou essencial aquilo que era conjuntural ou acessório.

Num terceiro sentido Orientalismo é a doutrina de dominação para o Ocidente lidar com o Oriente, reestruturando a sua conceptualização da vida e da sociedade orientais e impondo-lhe a autoridade das potências coloniais nos termos dos seus padrões civilizacionais, e assim o Oriente foi coisificado como mero objecto, não sendo havido como sujeito com pensamento autónomo e acção livre. Esta doutrina suportava-se na experiência de muitos europeus, aventureiros, mercadores, burocratas e militares, convergindo em aspectos essenciais sobre o Oriente, como por exemplo carácter, despotismo, contradições profundas, e sensualidade orientais. Conscientemente ou não, visava-se principalmente explorar o Oriente, sobretudo economicamente, e aliená-lo dos seus valores e estilos de vida, interferindo nas suas instituições, formas de pensamento e viver quotidiano. E isto arrastou como consequências o racismo, o imperialismo e o etnocentrismo, erguendo e solidificando barreiras entre europeus e asiáticos.

Said reconheceu que o Orientalismo como doutrina de dominação colonial não era igual em todos os povos colonizadores, nomeadamente europeus, pois eram estes que Said visava antes de mais, apesar de também referenciar os Estados Unidos. Por isso, embora este autor de origens palestinianas tenha estudado principalmente o Orientalismo britânico e francês, também faz breves referências ao holandês, espanhol e português, admitindo existirem entre eles diferenças quantitativas e qualitativas, apesar de serem equivalentes na essência. Porém, na nossa perspectiva o Orientalismo português é muito diferente dos demais, mesmo em alguns pontos essenciais, como as suas relações com o poder político, a sua organização sistémica, a dominação territorial, a ligação à missionação religiosa e, por último, a metodologia de exploração económica.

O Orientalismo português⁵ caracteriza-se, antes de mais, pelo pioneirismo, facto que, muito provavelmente, foi assinalado, pela primeira vez, por Richard Burton, na obra *Goa and the Blue Mountains or Six Months of Sick Leave* (1851). Por outro lado, é o mais humanizado, no sentido de tratar o *Outro* em condições algo semelhantes às dos restantes portugueses, replicando nos territórios coloniais as diferenças das

ordens sociais da sociedade metropolitana. Além disso não teve um tratamento sistémico, sendo desarticulado e inorgânico, mais assente numa religiosidade extremada do que em esquemas políticos de dominação ou económicos de exploração. Aliás em muitos casos, porventura na grande maioria, os empreendimentos económicos eram deixados ao arbítrio de interesses locais e estrangeiros, sempre os mais beneficiados com as actividades de exploração económica dos territórios administrados ou contactados pelos portugueses.

A partir da análise de obras intelectuais, nomeadamente literárias e artísticas, sobretudo de autores lusófonos ou de expressão ou influência cultural portuguesa, é possível esboçar as características do Orientalismo português. Como se referiu (Machado, 2018) é uma doutrina pouco estruturada, mas apaixonada e fundada na missionação católica a roçar alguns laivos de fanatismo. Como qualquer Orientalismo, também ao luso pode ser imputado um sem número de ideias pré-concebidas. Influiu também o facto de, no período arcaico do Orientalismo português, até meados do século XIX, os portugueses não terem sido geralmente orientados por interesses de dominação territorial, mas antes por procurarem fundar uma talassocracia que lhes permitisse dominar o comércio intercontinental, tendo a Europa por centro, sem menosprezar o domínio das redes mercantis regionais do Índico, Pacífico e mais tarde do Atlântico. Já no período moderno do Orientalismo, até ao terceiro quartel do século XX, ao invés do anterior, a dominação territorial é um objectivo geral e persistente, aliado à progressiva tentativa de exploração económica, mais em proveito de interesses estrangeiros do que nacionais, e integração política e cultural, mas isto sobretudo em África.

Outra questão importante é o Orientalismo católico, ou seja, a expansão do catolicismo, declarando guerra a todas as demais religiões existentes nos territórios a colonizar, aspecto que tem vindo a ser melhor e mais profundamente analisado na Índia, pelo menos desde os estudos de Gerson da Cunha⁶, no século XIX.

Também o factor rácico é muito importante, considerando que a cor da pele é uma referência distintiva patente, muitas vezes degenerando para o preconceito racial. Sem dúvida que a questão da raça foi socialmente valorizada ou desvalorizada de forma ostensiva ou mais ou menos escondida, mas tal não pode ser considerado de forma generalizada e igual em todas as latitudes e longitudes⁷. O racismo lusitano não impediu uma política de promoção da miscigenação biológica, implementada por exemplo em Malaca e Goa, e uma miscigenação da livre iniciativa dos portugueses expatriados. Mas na sociedade colonial de origem portuguesa houve dualidade comportamental. Venâncio (2014: 24) explica isso pelo facto de oficialmente ser incentivada a miscigenação de representantes dos estratos sociais mais baixos. Pelo contrário eram impedidos os altos funcionários e os oficiais de alta patente de o fazerem, como forma de preservarem o domínio do império (...) sendo tão falso afirmar que o colonialismo português não foi racista. Como o contrário, o que se deduz do estudo de C. R. Boxer (1988) na medida em que o colonialismo português acabou por ter dois diferentes protagonistas. Acresce ainda uma velada e esporádica miscigenação de alguns membros destas classes privilegiadas, havendo casos de concubinagem até entre escravocratas e escravas, e o facto de os sinais de racismo não terem sido generalizados e serem muito humanizados se comparados com idênticos comportamentos de outros povos europeus.

Outro preconceito é de natureza cultural. Os europeus, de um modo geral, viam os outros povos como detentores de práticas culturais inferiores e quando lhes reconheciam algum valor reportavam-nas a tempos idos em que as civilizações ora decadentes tiveram períodos de desenvolvimento e apogeu. O estudo da História e do Pensamento desses povos é, no caso português, geralmente realizada apenas, de modo esporádico, por alguns elementos das elites, mais por seu alvedrio do que fruto de directivas e encargos oficiais, como foi o caso do cronista João de Barros.

No âmbito dos comportamentos refira-se a importância da denúncia de irregularidades e da crítica, velada ou mesmo ostensiva, evidenciadas em muita documentação pública e particular, bem como em várias obras literárias coevas dos acontecimentos.

O Orientalismo português muito ficou a dever à Sociedade de Geografia de Lisboa, instituída em 1875. Jaime do Inso, como aconteceu com muitos oficiais das forças armadas, altos quadros da Administração, intelectuais e burgueses, então já em pleno século XX, e muito no tempo do Estado Novo, foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa com a qual colaborou assiduamente, participando em conferências e outros eventos culturais, bem como publicando artigos da sua autoria na Revista dessa Sociedade.

Traços Biográficos

Jaime Correia do Inso, um português que viveu nos séculos XIX e XX, teve uma carreira naval militar, viajou por todo o mundo, e, em paralelo, desenvolveu uma carreira literária, que, em boa parte, teve por objecto a China e Macau. Realizou importantes estudos históricos da marinha portuguesa e também são da sua autoria vários artigos sobre assuntos diversos, nomeadamente náuticos e outros relativos a Timor, África e Brasil.

Nasceu na vila de Nisa, distrito de Portalegre, no dia 12 de Outubro de 1880. Aos 18 anos, ingressou nas fileiras militares, como soldado voluntário e, no ano seguinte, foi admitido no Curso da Escola Naval. Na Armada, passou a guarda marinho, em 1903 e, a partir daí, prosseguiu a carreira de oficial naval, tendo alcançado o posto de capitão de fragata, em 1935.

Como oficial da Marinha passou por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Brasil, Macau e Timor. Esteve em Macau em 1911 e 1912 e, posteriormente, em 1925 voltou ao território como comandante da canhoneira *Pátria*, tendo mais tarde publicado um artigo sobre este navio nos *Anais da Marinha*.

Durante o primeiro período em Macau, foi a Timor, comandando uma força militar que aí interveio,



Jaime do Inso — Marinheiro e escritor in Jornal Ponto Final de 6-10-2017.

em apoio às autoridades portuguesas severamente ameaçadas pela sublevação de D. Boaventura, o Régulo de Manufahi.

No segundo destes períodos visitou o Japão, onde conheceu e se relacionou com Venceslau de Morais, que tal como ele era oficial naval e também apaixonado pelo Oriente. Morais, um auto exilado em terras nipónicas, correspondeu-se com Inso até ao fim da sua vida.

Jaime do Inso exerceu, em 1937-1938, o cargo de director da Escola Prática de Artilharia Naval e cumulativamente comandante da fragata *D. Fernando II e Glória*. Durante um curto período integrou o Tribunal Militar da Marinha. Passou à reserva em 1938. No ano seguinte, foi designado para prestar serviço na secção de História do Estado Maior Naval.

Foi agraciado com várias condecorações nacionais e estrangeiras, como Cavaleiro da Ordem

Militar de Avis (1919), Comendador da Ordem de Leopoldo, da Bélgica (1931), e Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar (1932). Foi nomeado para o Comando Geral da Armada, em 1933, tendo, em 1948, sido provido no cargo de director da Biblioteca e Museu da Marinha a quem legou vários objectos pessoais, incluindo um vasto número de fotografias. Reformou-se em 1950, vindo a falecer em 1967.

Obra Literária

O que mais o notabilizou foi a sua faceta de escritor, em que se revelou publicista e memorialista de questões coloniais, bem como ficcionista em questões relacionadas com a presença portuguesa no Oriente e historiador da marinha portuguesa, tanto militar como mercantil. Nas suas descrições do Oriente revela--se não só cronista, mas também autor de ficção com uma narrativa de pendor eurocentrista e orientalista moderado, de acordo com a apreciação de alguns ensaístas e críticos literários, nomeadamente Seabra Pereira (2015) e Brookshaw (2011). Este último (2011: 877) escreveu que Jaime do Inso (...) passou alguns anos em Macau, mas manteve sempre um interesse pela cultura chinesa, até ao fim da sua vida. Inso escreveu o primeiro romance moderno ambientado em Macau, O Caminho do Oriente (1932). Manifestando um certo fascínio pelo Oriente (ou, talvez, precisamente por isso), esta obra, apesar de ter interesse etnográfico e histórico, não passa de um romance colonial, em que as personagens chinesas são retratadas de uma maneira estereotipada.

Em 1909, iniciou uma colaboração vitalícia nos Anais do Clube Militar Naval, tendo aí editado interessantes trabalhos, como, Ecos de Macau, Guerras dos Piratas e A Batalha de Lantau (1912), A Marinha Portuguesa na Grande Guerra, publicada em capítulos entre 1937 e 1939, e Canhoneira Pátria (1945). Aí se descrevem os feitos do Batalhão da Marinha, da Aviação Naval, o transporte de tropas, o serviço de comboiagem e o papel desempenhado pela Marinha mercante. A mesma matéria, de forma mais sintetizada, é parte da obra Portugal na Grande Guerra, de que Inso é co-autor.

Um dos seus primeiros escritos foi *Em Socorro de Timor* (1912), narrativa onde relata, com muito realismo, a acção desenvolvida por si e pelos marinheiros do navio *Pátria*, que de Macau foi enviado a Timor para reforçar a capacidade militar das autoridades portuguesas. O *Pátria* aportou a Díli em Fevereiro de 1912, e durante oito meses apoiou, com artilharia de bordo, as acções militares para dominar a revolta. A acção de Inso foi muito importante, especialmente na vila de Baucau, onde comandou o destacamento naval aí colocado.

Em 1929, Jaime do Inso deu à estampa *Macau*, a *Mais Antiga Colónia Europeia no Extremo Oriente*, obra destinada à apresentação de Macau na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, realizada nesse ano.



Jaime do Inso ao serviço da Marinha Portuguesa. Jornal de Nisa: *NISA: Jaime de Inso morreu há 50 anos*.

Em 1932 editou O Caminho do Oriente, obra de ficção a que foi atribuído o primeiro prémio no VI Concurso de Literatura Colonial promovido pela Agência Geral das Colónias, nessa altura dirigida por Armando Cortesão. Através de Rodolfo Moreira e Frazão Antunes, duas personagens centrais desse romance, desenham-se duas diferentes posturas dos portugueses no Oriente: uma sonhadora e idealista, algo quimérica, e outra pragmática, interesseira e oportunista, deixando indiciar que o autor perfilha uma terceira via em que se caldeiam o idealismo e o pragmatismo das personagens deste romance. O pensamento do autor é muitas vezes expresso em narração directa e outras posto na boca de personagens, como o Comandante Plínio, afinal um auto-retrato do próprio Jaime Correia do Inso, com breves desfocagens, especialmente temporais.

No ano seguinte, em 1933, publicou *Visões da China*, um conjunto de dezoito crónicas, oscilando entre o ensaio e a ficção, que o próprio autor, no prefácio, considera como continuação da obra antes referida. Estas crónicas já tinham, entre 1926 e 1932, sido publicadas em jornais de Portugal, do Brasil e de Macau, nelas transcrevendo algumas cartas inéditas de Venceslau de Morais. Foi depois publicada uma segunda edição em Macau, em 1996.

Em 1934, apresentou, no Congresso Colonial da cidade do Porto, a comunicação *A colonização e o problema do Oriente Português*, trabalho também prefaciado pelo Conde de Penha Garcia⁸.

Em 1936 foi, por Edições Europa, publicada *China*, uma obra monumental profusamente ilustrada, classificada como edição de luxo, já anteriormente impressa em fascículos, ao longo de dois anos. Apresenta perspectivas de história e cultura da China, eivadas de Orientalismo, o que deve ser considerado normal naqueles tempos. Foi depois publicada uma segunda edição em Macau, em 1999.

Em 1941, publicou *Cenas da Vida de Macau*, uma obra inserida na colecção *Cadernos Coloniais*, editada por Edições Cosmos, tendo havido uma segunda edição em Macau, em 1997. Este pequeno livro descreve seis



Canhoneira *Pátria* no Rio de Janeiro em 1906 in *Revista da Armada* — Setembro/ Outubro 2005, p. 18.

quadros da vida de Macau no ano de 1927: A Caminho do Bazar, Os Bonzos Amarelos, O Clu-clu, Na Penumbra dos Pagodes, O Auto China e Noites do Bazar.

Os *Registos* e as *Visões da China* integram-se no género crónica e são também registos etnográficos. *Memória de Timor* e *História da Marinha Portuguesa* são obras de História. Além disso escreveu artigos, em revistas e jornais, nomeadamente no *Diário de Notícias* (Lisboa) e no semanário *A Pátria* (Macau).

Podemos afirmar, de uma forma geral, que Jaime do Inso se revela, na sua obra, identificado com as linhas fundamentais da política colonial portuguesa no período liberal, tanto monárquico até 1910, como republicano, entre 1820 e 1926, e depois no período imediatamente posterior da Ditadura Nacional, emergente ao Movimento Militar de 28 de Maio de 1926 e durante o Estado Novo instalado com a Constituição de 1933.

Sinais de Orientalismo em O Caminho do Oriente

Relativamente à questão de detectar em *O Caminho do Oriente* alguns sinais susceptíveis de serem identificados com o Orientalismo começamos por referir que essa obra foi editada em 1932 e, posteriormente, foi-lhe atribuído o 1.º prémio *ex aequo* com outros dois concorrentes⁹ no VI Concurso de Literatura Colonial então promovido em Portugal pela Agência Geral das Colónias. É uma obra que

embora revestindo a característica de romance com um singelo enredo, não deixa de ser um misto de crónica, relatório, ficção e até comentário do próprio autor. Este refere que o principal objectivo era a divulgação do Oriente aos portugueses para atrair jovens a nele se fixarem ou aí negociarem produtos portugueses, como cortiça, vinho, azeite e conservas. Isto também é sublinhado pelo Conde de Penha Garcia no prefácio que escreveu para a primeira edição da obra. E o próprio título, só por si, sugere um programa de acção que dê a conhecer o Oriente e suas potencialidades e, simultaneamente, propagandeie as vantagens de uma maior presença portuguesa nas paragens orientais como forma de solucionar problemas do povo português, que praticamente se tinha esquecido do Oriente, depois de no século XIX se ter virado preferencialmente para o

continente africano. E o mesmo decorre do prefácio do autor (Inso, *O Caminho do Oriente*, 1996: 13¹⁰), quando afirma que *este livro não é feito para os que conhecem o Oriente*.

A obra em apreciação, romanceando a realidade e mostrando a China e o Oriente em geral como eram vistos pelo autor, constrói uma ficção com base em acontecimentos e cenários reais e na interpretação que deles era feita por olhares eivados de critérios e valores eurocêntricos. O Oriente é classificado de veneno doce, intoxicante, apresador dos ocidentais, sobretudo os homens, fonte de ilusões e contradições. E também se afirma que a mestiçagem realça a beleza das mestiças e, em simultâneo, até se secundarizam as mulheres chinesas. E enfatizou que o Oriente é um *mundo onde qualquer coisa de novo, de novo e de subtil* (...), enfim



A oficialidade da Canhoneira Pátria em 1906 in Revista da Armada — Setembro/Outubro 2005, p. 18.

uma terra tentadora e voluptuosa (...) cheia de ilusões e desilusões (15).

A imagem da China não corresponde inteiramente a uma *fotografia* desta, sendo objectiva apenas na medida em que traduz as percepções tidas pela experiência dos portugueses daquele tempo ao contactarem com a realidade chinesa e serem bafejados com os reflexos dessa civilização que consideram prenhe de contradições, exótica, violenta e até desumana, mas simultaneamente atraente, sedutora e cheia de ternura: enfim um veneno doce.

A objectividade acaba por se corromper ao ampliarem-se ou adulterarem-se alguns dos seus contornos e aspectos fundamentais. Aquilo que Inso entende por Oriente é logo afirmado no Capítulo I. É o local, ou melhor os locais onde um europeu no seio de civilizações atrasadas nunca poderia sentir-se bem, o Oriente é fascinador, mas acaba por torturar o espírito e até dissolver a personalidade. O Oriente é revelado, em simultâneo, utopia e realidade. É uma espécie de mundo-midas, misterioso e com atractivos ilusórios e subtilezas, onde a vida e as coisas se deixam transmutar e fantasiar. É a terra tentadora e voluptuosa para o europeu (15). Para os portugueses já foi quimera em tempos há muito idos, de que apenas restam fumos, cinzas, registos de pretéritas riqueza, grandeza e glória, que, naquela época em que o livro foi escrito, era apenas pobreza, decadência e esfumada memória. Mas o país tinha de redimir-se. E, de acordo com o pensamento do autor, havia esperança. Portugal era então governado por uma Ditadura Nacional, em que o poder político tinha sido capturado pelos militares do 28 de Maio de 1926. Estava-se em vésperas da institucionalização do Estado Novo. Os nacionalismos cresciam na Europa. Jaime do Inso não é imune aos ventos que nesse tempo sopravam na Europa nacionalista e de afirmação imperial, e como militar e homem do seu tempo, enfileira na onda de orgulho nacional que vai tentar refazer a grandeza quase mítica dos seus valorosos ancestrais, no respeitante à valorização dos então territórios ultramarinos portugueses em África e

na Ásia, aqui muito reduzidos, mas no dizer de Inso, onde ainda conservamos, como herança, uma jóia antiga, que se chama Macau! (16) Então, e por isso, Portugal deve fazer renascer alguns dos vínculos que o ligavam ao Oriente, apesar de o nosso escritor reconhecer que o caminho que justifica é semeado de escolhos, avolumados nesta hora que passa, de crises e incertezas (15). Sublinhese que estamos em 1931, ano em que foi concluída a redacção da obra, 13 anos depois do primeiro conflito mundial, de que resultou um mundo cheio de problemas mal resolvidos, e em resultado das quais a China foi sacudida por grandes convulsões internas, a que se seguiu a invasão nipónica e, dois anos após, o estalar na Europa da Segunda Guerra Mundial.

A encomiástica apologia de um regresso ao Oriente deve fazer-se, sim, mas em moldes de modernidade, com a devida preparação. Porém tal sugestão não é feita sem antes se esgrimirem aciduladas críticas aos governantes e governados lusos que, no passado, viabilizaram a situação de aviltada e vil ignorância a que tinha chegado a presença portuguesa no Oriente, que nesse tempo já era tão só em Goa, Damão e Diu na Índia, Macau na China e Timor na Oceânia. E ainda por cima com muitos problemas de desenvolvimento, especialmente na área económica.

A imagem do Oriente dos neófitos nestas aventuras começa a construir-se antes da partida e desenvolve-se na viagem, atingindo o clímax no contacto directo com as paragens orientais, especialmente em Macau e Hong Kong, embora já se tivesse antevisto uma sombra do resultado final nos primeiros contactos com a civilização chinesa na sua montra que é Singapura.

Antes de nos embrenharmos na viagem vejamos o esquema da acção do romance: Rodolfo e Frazão, dois jovens *alfacinhas* com estreitas ligações, de amizade e empresariais, tomam a aventurosa decisão de viajar até ao Extremo Oriente. Procuram negócios para viabilizar a sua empresa, sendo que o primeiro leva mesmo o desígnio de se radicar em Macau como professor do Liceu e advogado.

Frazão, diferentemente, apenas pretendia melhor conhecimento do mundo dos negócios no Oriente, encontrar parceiros comerciais e regressar para fortalecer a empresa que os dois vinculava. E, por isso, concluída a tarefa regressou a Lisboa, mas não mais foi a mesma pessoa. Por seu lado Rodolfo depois de uma aventura amorosa com A-Mi, a Pi-Pap-T'chai por quem se apaixonou até a morte os separar, veio finalmente a casar-se com Tininha, que conhecera no decurso da viagem marítima Lisboa-Macau. Mas Frazão, apesar de retornar a Lisboa, conforme previsto antes da aventura oriental, não resistiu ao Oriente. A sua vida na capital portuguesa modificou-se profundamente e voltou uma segunda vez a Macau, acompanhado pela mãe de Rudolfo e pelo Major Vilasboas, um velho amigo, sempre suspirando por uma revisita ao Oriente. E seguidamente observaremos alguns aspectos do desenvolvimento dessa viagem, bem como algo daquilo que se passou em Hong Kong e Macau, apenas alguns retalhos da obra literária em apreço, para evidenciarmos traços susceptíveis de justificar a qualificação de Jaime do Inso como uma das figuras marcantes do Orientalismo português.

No caminho marítimo de Lisboa a Ceilão, via Suez, sublinha-se, mais uma vez, que o Oriente é, generalizadamente, um desconhecido em Portugal e a vocação orientalista de Rodolfo só é despertada pela vibração das palavras quentes, pausadas e saudosas do major reformado Vilasboas evocando o seu passado colonial e aguçando apetites para um Oriente nebuloso e fascinador, onde, com liberdade, o europeu reina, caminha e vence se o ajuda a sorte (22-23). Foi isso que se gerou em Rudolfo a esperança em negócios viabilizadores da empresa na qual participava por herança paterna, acompanhada da sua colocação como professor no Liceu de Macau e cumulativamente a perspectiva do exercício de uma advocacia alimentada por chinas ricos, como ingredientes de um isco que o conduziram à aventura oriental. Esta narrativa ficcionada assentou em casos reais, embora naturalmente com algumas diferenças.

Ao tentar estimular a juventude a procurar, de novo, *O Caminho do Oriente* não deixa de se referir as dificuldades do percurso e de classificar essa opção como heróica e comparável aos feitos portugueses de quinhentos. Sobre isso Inso esclarece: *A tentativa era difícil e arrojada, não podendo deixar de equiparar-se, sob certos aspectos, às nossas seculares disputas com o Grão-Turco nas costas do Malabar* (23).

Já a bordo do André Lebon, um dos grandes paquetes da Companhia de Navegação Messageries, empresa francesa que assegurava as ligações marítimas entre a Europa e o Extremo Oriente, o Oriente vai-se desvendando aos estreantes desse mundo novo, como Frazão e Rodolfo, pela presença de tipos exóticos que iam invadindo o navio: eram velhos coloniais regressados aos lares de além-mar, que logo se reconheciam chamados de longe pela nostalgia dos trópicos; eram mulheres de trajos estranhos, orientais, de tez amarelada ou morena, vestidas de sedas, cheias de jóias, de pronúncias desusadas; crianças que apareciam guardadas pelas babús, as criadas anamitas, de largas calças e penteados em turbante; militares, missionários, japoneses, diplomatas e um bando de americanos folgazões (26).

Desde os primeiros momentos que as conversas a bordo vão ser, consciente ou inconscientemente, ocasiões de preparação do espírito de cada um dos *iniciados* para o choque civilizacional que o contacto directo com o Oriente iria fazer eclodir, e por isso as conversas aconteciam e numa delas *a discussão ameçava prolongar-se no círculo dos passageiros portugueses, que como bons amigos ocupavam um canto do deck onde se iam definindo já as psicologias que, mais tarde, no Oriente, dão rumo à vida (30).*

Em Port Said os olhos dos iniciados em questões orientais começaram a despertar, seja pelas imagens dos *criados chineses* [que] *deslizam como sombras por entre as mesas*, seja pela figura da *bela filipina de pestanas negras e olhos fundos* [que] *ficara no abandono do seu leque de penas, rico, roçando compassadamente as jóias caras*, que, cumulativamente com os sapatos dourados, tinham chamado a atenção de Frazão (33–34), o

qual foi alertado pelo intriguista Brito para se cuidar, porque o marido era aquele parse que ali está, com tipo de turco, e que não sei se traz nas malas algum alfange (34). Estas e outras cenas são exemplos de que, para o autor, o Oriente seduz e aprisiona de forma progressiva e encantatória, inebriando com uma vaga sensação de tristeza, que mais ou menos sempre paira no Oriente e chega a parecer uma alegria de invejar (149).

O ar melancólico começou logo à chegada a Port Said, provocado pela própria paisagem que tinha um cunho indecifrável de indizível tristeza: era o rebate do Oriente! (35) A terra ia-se aproximando cada vez mais, e, de súbito, a cortar a proa surgiu uma vela vermelha tendo a meio um ornamento estranho e negro, e que passou como um enigma, um símbolo (...) uma tortura feita de mistério e de sangue, um desafio, um hieróglifo, uma visão desconcertante fixando-se uma vez para não se esquecer mais! (35) É o adensar misterioso do desconcertante Oriente, onde imperam os símbolos, muitas vezes mais poderosos que a própria realidade.

Mas Port Said ainda não é Oriente. É antecâmara do mundo oriental, é porta da outra metade do mundo, é bazar onde desfilam mercadorias de todo o Oriente, desde o longínquo Japão até à mais próxima Índia, desde peças valiosas até atraentes ninharias, que pouco valem e muito brilham!

Relativamente a Portugal surgem aqueles que, desconhecendo-o ou confundindo-o, dizem que Lisboa fica em Espanha e há outros que conhecem bem os portugueses e os recordam com amizade e saudade. Isto que foi registado naquela terra egípcia é afinal uma constante em todo o Oriente: do desconhecimento à alta consideração e amizade relativamente a Portugal e aos portugueses. E um dos viajantes, o Dr. Pratas, sublinhou a forma especial como eles [egípcios, árabes e indianos] se nos dirigem, falando dos portugueses em termos de simpatia que tenho observado não mostram quando falam com outros estrangeiros (37). E o tenente Plínio refere mais factos certificadores deste antigo e especial relacionamento dos povos orientais com portugueses de antanho e até de tempos mais recentes,

o que é, geralmente, evocado em termos saudosos e amistosos e deixou marcas, como aquela que o mesmo Plínio refere, dizendo-lhes que observem as manobras e irão ver que os homens quando tiverem de puxar com força algum cabo gritarão: ala! ala!, sendo este um grito que os portugueses utilizavam e ainda continuam a utilizar nos nossos portos. Tudo isto são marcas de um passado que urgia ressuscitar e que foram referidos como mensagens subliminares.

Percorrido o Mar Vermelho e ultrapassado o estreito de Babel-el-Mandeb — As portas da Morte — chegam a Djibuti, porto africano onde fizeram uma breve paragem. E já no Índico, na noite de Domingo Gordo, as filhas da filipina Pepita exibiram-se em danças eróticas, que revelavam um exotismo ancestral no abandono voluptuoso e nos requebros, na cadência, nos olhares, envolvendo-se como que numa aura de sensualismo perfumado (...) O carnaval foi festejado rijamente. / Na noite seguinte houve baile de máscaras (47).

O escritor está tão viciado no Oriente que até na descrição de ocidentais introduz elementos orientais, como é o caso de ao retratar Tininha repetidamente a descrever *com olhos verdes claros dum jade desmaiado* (48) ou simplesmente *da cor do jade* (50).

Chegados a Ceilão, a Pérola da Índia, reafirma--se o encantamento e o mistério a que não falta a tristeza característica do Oriente, um paradoxo a explodir num vulcão de luz (49). Mistério e tristeza são duas características repetidamente assinaladas como traços do Oriente. Desembarcados na cidade de Colombo os passageiros do André Lebon observam aqui e ali, índios de turbante e mulheres de porte senhoril, como rainhas, estáticas, estranhamente elegantes nos seus trajos de seda de cores garridas (49) e aproveitam esses momentos para fazer compras, visitar museus e irem em passeios a Monte Lavínia e a Cândia. Nos museus os portugueses deliciaram-se por aí terem encontrado restos da passagem e do domínio dos portugueses, como alguns exemplares de peças de artilharia e pelouros, moedas, retratos de vice-reis, etc. (50), descobrindo ainda que

são correntes vários apelidos portugueses de cingaleses, tais como Silva, Xavier ou Fonseca, mas com K, isto é, Fonseka. Aqueles que foram visitar Monte Lavínia, uma ravina apenas, sobre o mar (...), e Lavínia Hotel a caminho do terraço sobranceiro ao mar e onde os criados índios surgiram, entram no Mount silenciosos, descalços, mudos, impenetráveis como fantasmas (...), constataram que [o] horizonte era vasto (...) e as palmeiras altas, esgarçadas, eram a única nota de vida movendo as folhas no sussurro da aragem. Tudo o resto silencioso e triste, naquela apoteose de luz, estava impregnado de uma subtil tristeza sufocante que poisava como uma mão de ferro, um enigma abrangendo o céu, uma expiação, um estigma de encantamento! / Era a Índia! (...). E apesar da extraordinária beleza e placidez do local, a verdade é que o ar faltava ali, sentindo-se uma opressão acrescida pela presença daqueles índios de pupilas brilhantes, mas que traziam impressos nos gestos e nos semblantes não se sabe que místico fatalismo! / Era a Índia! (51)

Em Colombo ainda visitaram o templo hindu de *Isipatanaramaia* e nele Rodolfo chamou a atenção dos companheiros para alguns frescos que apresentavam figuras que bem pareciam europeias. Dito isto a um bonzo, e perante o ar de espanto dos ouvintes, este retorquiu: *Mas se os franceses, os ingleses, os alemães saíram dos planaltos da Ásia, que admira que estas figuras se pareçam com europeus?*, o que pode ser entendido como: Se vós descendeis de nós porque vos admirais das parecenças?

Depois, aí visitaram um santuário decorado com motivos religiosos e um Buda enorme *rescendendo* inefável felicidade. / Respirava-se ali uma atmosfera de paz e de mistério, de abandono e de meditação (52).

Singapura, Saigão e Hong Kong são as novas paragens na rota para Macau. Em todas elas se alarga e aprofunda o conhecimento do Oriente.

Ao alvorecer, passado o estreito de Malaca, surge um mundo de aspecto novo, paradisíaco e calmo, onde até as árvores mostram silhuetas extravagantes, destacando-se das matas de verdura que descem a beijar as águas (53). Atracado o André Lebon, os passageiros portugueses imediatamente foram contactados por

membros da comunidade portuguesa de Singapura e também de Malaca, nomeadamente o cônsul de Portugal e os missionários católicos. A passagem de compatriotas, ainda que breve, foi motivo para celebrar o orgulho de ser português e matar saudades da Pátria. O nosso autor também aproveitou a sua narrativa para lembrar e exaltar a grandeza passada dos portugueses nessas paragens, e lamentar a situação a que se chegou, mercê do divórcio a que votámos aquela parte do mundo (53). Esta cidade, a montra onde se começa a revelar a China com todo o extraordinário exotismo dos seus costumes, as suas lanternas, as suas casas e o formigar característico da sua população (52). E, embora em Singapura vivam e convivam gentes de todas as raças, predominam os chineses, que, tal como na China e em qualquer outra parte do mundo, labutam intensa e constantemente.

Constata-se espanto e admiração nas personagens recém-chegadas, desfazendo imagens estereotipadas e preconceitos erróneos que agora, perante as primeiras amostras da realidade, são havidos por infundados. Parte disto está contido em afirmações como população chinesa que ali predomina com uma marca indelével da superioridade do grande povo do ex-celeste império, [n]ão há na terra povo mais trabalhador, mais sóbrio e menos propenso para rir ou fazer rir do que os chineses ou quão grande é a ignorância acerca da China e eu há dez anos que os conheço e apesar dos defeitos que mostram, prefiro-os a muitos europeus (54).

Aos olhos dos ocidentais muitos comportamentos, ritos e cerimónias revelam em simultâneo sinais contraditórios de aparente insociabilidade aos olhares de outras lentes civilizacionais, como por exemplo esta cena: Era um enterro (...) [o]s parentes de rigoroso luto branco, as lanternas brancas também e com grossos caracteres azuis ou pretos, os bonzos de cabeça rapada, os andores extravagantes, as oferendas de comida e a música infernal, caminhando tudo num passo quase acelerado, dava mais ideia de uma manifestação de festa do que de um cortejo de dor (56).

Na Missão portuguesa, os recém-chegados em trânsito para Macau são brindados com um almoço recheado de pratos da cozinha tradicional portuguesa, como se estivessem num ambiente solarengo das terras beirás, mas neste caso com a presença do poder da China, simbolizado num serviçal esfíngico de porte altivo.

Rudolfo [e]stava debaixo de uma impressão nova, espécie de fascinação cheia de contrastes que a China mesmo de longe já lhe ia dando. / Contrastes violentos, inesperados (...) ambiente estranho, agreste, incompreensível, dum exotismo profundo e perturbante, pela sua grandeza, pelo seu mistério! (56)

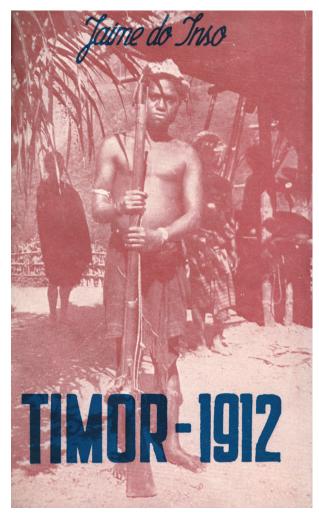
Outro espanto ocorre no encontro e confronto com outras religiões, tendo sido motivo de grande surpresa para os que nunca tinham visto um templo chinês, onde o conjunto tanto se assemelha à disposição dos templos cristãos. E, pelo caminho, debaixo de um sol ardente, admiraram também a estoica indiferença com que os chinas andavam pelos campos nos seus trabalhos, alguns de cabeças nuas e rapadas, movendo-se sem alegria nem queixume, sem pressa nem preguiça, persistentes, incansáveis, calados, de feições indecifráveis (57). Esta constatação sublinha alguns traços do olhar europeu do Outro avaliado como enigmático, indecifrável, impenetrável e insensível tanto aos rigores do clima quanto às emoções do momento.

Seguiu-se Saigão, então considerada pelos franceses como a Paris do Oriente, com uma breve paragem para largada e tomada de passageiros, permitindo, àqueles que continuavam, um breve contacto com esta cidade vietnamita. E muitos se passearam pela rua *Catinat*, *onde se concentra o comércio e a intriga da vida colonial* (59), aí onde se exibia *aquela vida exuberante e rica, feita de trabalho e sonho, que é o viver dos trópicos* (61).

O contraste de dois mundos que no Oriente viviam paredes meias, um urbano ocidentalizado e outro atrasado, quase selvagem mesmo ao lado, é revelado por trechos como o seguinte: As luzes de Saigão espalhavam uma mancha de claridade no ambiente cálido da selva do Tonkim e o rio de águas amareladas, estreito, orlado de matagais, de pequenas povoações e de cabanas

perdidas pela vastidão do mato, ia serpenteando por entre a terra bravia e hostil para o europeu (61).

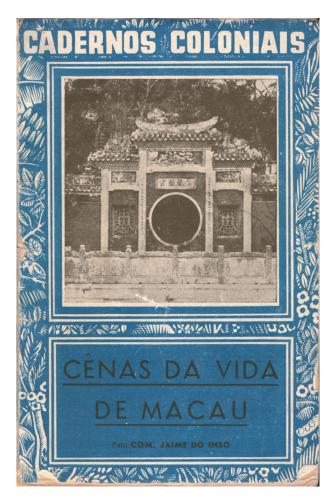
Ao Vietname seguiu-se Victoria, o nome oficial e quase desconhecido de Hong Kong, a cidade e colónia britânica do Extremo Oriente e aí chegados puderam clamar: Enfim a China! E foi possível observar o Pico e uma espessa camada de nuvens, amassadas, plúmbeas, que se prolongavam em baixo, sob a forma de um nevoeiro acinzentado que parecia tinta a escorrer do céu, [e] os pesados edificios de Hong Kong como que desapareciam sob aquele véu de tristeza que abarcava o céu e a terra (65). Anote-se que mais uma vez se assinala a tristeza do Oriente, não só revelada pelo fácies dos orientais, sejam



Capa da obra Timor 1912 in Revista da Armada — Setembro/Outubro 2005, p. 19.

indianos, chineses ou outros, mas também evidente na própria natureza carregada com nevoeiro cinzento e humidade, característicos do Sul da China naquela época do ano, causadores de *opressão e descontentamento*, enfim tristeza.

O intenso movimento marítimo também impressionou os recém-chegados, não só pelo grande número de barcos, mas também pelos seus tão bizarros feitios, como eram as lorchas, as sampanas e outras pequenas embarcações chinesas, algumas ocupadas por famílias que nelas viviam e mourejavam sem descanso. Acrescia que naquele ambiente acinzentado, quase fantasmagórico, os pequenos barcos até parecia que andavam para trás e atravessavam-se à frente do *ferry*,



Capa da obra *Cenas da Vida de Macau* in *Revista da Armada* — Setembro/Outubro 2005, p. 19.

criando situações de iminente naufrágio, que não se verificavam devido à extraordinária perícia e audácia dos experientes barqueiros, sendo que em muitos casos eram mulheres as remadoras.

Hong Kong foi nesta viagem o último destino do *André Lebon*. A maioria dos passageiros portugueses prosseguiu viagem para Macau, quase de imediato. Porém Rodolfo e Frazão permaneceram em Hong Kong para iniciarem contactos comerciais, ficando instalados no Hotel Metropole, onde tiveram a grande surpresa de encontrar pessoas que sabiam falar português e oportunidade de admirar o imponente Hotel Peninsula em Kowloon.

Aqueles que de imediato prosseguiram viagem para Macau, feito o transbordo, partiram no vapor *Sui-Tai*, que fazia a ligação de Hong Kong para Macau, e para maior comodidade já nessa noite dormiram a bordo, uma vez que a partida devia ocorrer às oito da matina. Os europeus iam no *deck* superior, como uma das várias medidas especiais para prevenir ataques de piratas, pois nesse tempo ainda poderiam surgir, *em dado momento*, *uma ou duas dezenas de piratas armados a imporem a sua lei* (70).

A bordo são escutados comentários como o seguinte: Entretanto, aqui em Macau e apesar de tudo, têm aberto casas novas, o que não quer dizer que, de um momento para o outro, não possa surgir uma crise, na China, as aparências iludem muito e é difícil prever o dia de amanhã (71), significando isto uma permanente desconfiança na China e nos chineses e consequentemente uma não fiabilidade no Oriente e nos orientais.

A navegação próxima a Macau, sobretudo depois de terem entrado na Rada, foi um constante espanto e contínuo suscitar de questões até que chegaram ao Porto Interior, no meio de tantas e tão exóticas embarcações, da algazarra e da estranha movimentação de pescadores, tancareiras e de outros figurantes nesse cenário, que para os iniciados oscilava entre o sonho e a realidade. Chegaram a Macau e aí entraram como sonâmbulos!

A quadra festiva do Ano Novo Chinês decorreu pouco depois da chegada e tal foi oportunidade para um melhor conhecimento dos costumes e tradições. Rudolfo e Frazão puderam então constatar que Macau era uma terra de contraste singular, que faz parte da essência e do segredo da China (75). Aparentemente cidade morta, afinal Macau estava coalhada de gente e certas ruas mal continham a população que as enxameava. Verdadeiramente a cidade era, na verdade, duas inseparáveis cidades, com duas almas e duas contrastivas civilizações: a cidade cristã, bem portuguesa, e a sociedade chinesa, um espelho da China.

Com o espírito profundamente perturbado, Rudolfo e Frazão, principalmente o primeiro, começaram a sentir fortemente esta impressão que a China causa a quem chega, que perturba e cansa e quase nunca se recebe com agrado (75). É que o Oriente e, portanto, a China, dispõem de certos influxos intoxicantes, intraduzíveis e estranhos, que só quem os sentiu e experimentou pode sentir e apreciar. Os dois amigos ficaram como que deslumbrados ao aproximarem-se do bairro china ou do Bazar em festa. A impressão era forte, um misto de atracção e repulsa, como que uma sensação de domínio da China, que instintivamente repeliu (76).

O simbolismo, cheio de delicadezas e subtilezas, e a dádiva, o cultivo do prazer de dar, porque quem recebe fica grato e revela necessidade e quem dá revela capacidade, riqueza e poder, são traços muito fortes na caracterização dos orientais e são muito revelados nas festividades do Ano Novo Chinês. Acresce que os símbolos são para Inso um forte sinal de idealismo, afinal também uma marca dos orientais.

Rodolfo e Frazão aproveitam essa quadra para satisfazerem as suas curiosidades, visitando o mercado de São Domingos, acompanhados de um cicerone, Segismundo, e de um tradutor, Eustáquio. Ao observar a enorme quantidade e variedade de pequenas árvores e flores o autor esclarece que as minúsculas flores de pessegueiro, Tin-Chong-Fa, são o melhor símbolo da felicidade, Soi-Sin-Fá, uma espécie de junquilho, a que

anda ligada uma poética lenda (...). Estas pequeninas árvores chamam-se Cam-càt e os chineses conservam-nas em casa com o fim de terem muitos filhos ou uma longa geração! Mau-Heng-Cheng ou folha da fortuna, guarda--se porque, quando está a florir, atrai o dinheiro (77). Há ainda mimosas peónias ou Mou-Tan, mais raras, porque só floresciam uma vez por ano. Os chineses muito as apreciam como uma flor da felicidade, dando por elas quantias exorbitantes. / Como rosas exóticas e de pétalas desmaiadas, elas mostravam-se tão puras e misteriosas como a mais sagrada das flores do Oriente, a flor de lótus (...) De um extraordinário simbolismo, cheio de delicadezas que se afastam e, por vezes, sobrelevam o nosso modo de ser ocidental, esta requintada sensibilidade dos chineses surpreende-nos mas a par dela deparam-se-nos também extraordinárias manifestações de crueldade, como uma das mais estranhas contradições que a China nos oferece (75).

Um desses casos de extrema crueldade é apontado através da exibição nas ruas de Macau de um cego pedinte, que só cegou por aplicação de uma pena pela justiça de Cantão (76), um excelente exemplo das contradições da China — ao lado da simbólica poesia que irradiava dos ramos do pessegueiro em flor (...) a brutalidade da tortura de uma justiça bárbara (79). Mesmo que outros casos não se verificassem, os orientalistas, neles incluindo Inso, afirmaram que o Oriente é violento e altamente contraditório, generalizando casos singulares para a partir daí construírem imagens e conceitos acerca do Oriente e dos orientais.

O Bazar, a cidade chinesa de Macau, era onde melhor se mostrava a alma do povo chinês, evidenciando um *contraste violento, filho da China, a mãe fecunda das contradições* (88). É o belo e o horrível, é o extremamente pobre e o extremadamente rico, é a China, generalizando, afinal o Oriente das diferenças abismais, dos contrastes profundos que os britânicos e franceses destacaram, mas que apenas é referido de forma ténue pelos portugueses.

Relativamente aos hábitos alimentares, desde os primeiros momentos do encontro luso-chinês

em Malaca se lhe referem os documentos coevos, e Inso não deixa de assinalar que [o]s chineses comem por necessidade, por prazer e por vício, e até nos altares oferecem comida vária (79).

A História de Macau, revela, nomeadamente, a questão das instituições religiosas colocadas ao serviço de interesses políticos de supremacia ocidental, mas de que os portugueses não se serviram tanto como outros países, estando implícita a diferença com o acontecido com os ingleses e franceses. De facto, Inso observa que as missões religiosas no Oriente, como aliás sucede noutras partes, revestem, além do aspecto religioso, um não menor interesse político que as nações se esforçam por manter e cultivar, sem que entre nós tenha havido o persistente cuidado que demanda uma tão importante questão (97).

No Palácio do Governo, no meio de diversões, encontros sociais e conversas bem se revela que a a China é a terra de complicações, das situações difíceis e dos imprevistos, até neste capítulo da intriga (104), sublinhando-se, assim alguns exóticos traços dos orientais a deverem ser tidos em consideração. Naquele ledo convívio Tininha sentia-se feliz, imensamente feliz, naquela vertigem insuspeitada / Algumas chinesinhas, delicadas e que a medo iam já aparecendo na sociedade, viam-se também na grande sala verde a darem uma nota de finíssimo exotismo (106).

O Oriente atordoa, apaixona, fascina e aprisiona de forma tão imperceptível como assinalado é nos trechos que se transcrevem: Como sonâmbulos, os chineses ostentavam sempre a mesma face e o sândalo e o ópio pairavam como um perfume de encantamento, preso àquele mistério que brotava da luz e se via nos olhares, e que entontecia docemente. / Era a China que Rodolfo sentia pousando-lhe pouco a pouco a garra empolgante, absorvendo-lhe a razão, fascinando-lhe o pensamento — era a China que prende e tortura, agrada e faz sofrer (...). E Rodolfo abandonou-se ao pensamento feito sonho de tentações a sorrir, entregue à volúpia dolorosa do Oriente que inebria e esquece, e mata sem se sentir!? Começou então a perceber, confusa e vagamente, que tinha dois amores: Um que era uma mulher, outro que era a China! (130)

Em Hong Kong, durante uma visita oficial do Governador e Macau, depois da festa a bordo da velha Tamar serviu-se o chá, alta noite, em família, as senhoras dizendo as suas impressões acerca da China, as quais, tal como sucede com a maioria dos portugueses, não era das mais favoráveis. / Porquê? Porque é que os homens são muito mais susceptíveis de se prenderem à China do que as mulheres? (137) Em visitas oficiais do Governador de Macau a Hong Kong o programa incluía visitas a associações portuguesas e isso passou-se com o Clube de Recreio de Kowloon e com o Clube Lusitano de Hong Kong, tendo neste havido uma sessão solene. Mas o Governador também visitou o Chinese Merchants Club, tendo dali saído os portugueses vivamente impressionados por todas aquelas provas de apreço ao nosso país, numa época tão hostil aos estrangeiros em toda a China (139). Lamentou-se que a simpatia que os chineses sentem pelos portugueses não fosse devidamente aproveitada no campo económico com enormes potencialidades. E Frazão chega mesmo a exclamar: Que ideia fazemos nós lá da China e dos chineses? Olha, sabes que mais! / Eu preferia não ter cá vindo, a saber o que sei! Isto faz ferro, é como se víssemos cheques ao portador desperdiçados para toda a gente e sem se lhes poder deitar a mão! (140)

Da casa cor de rosa, Casa da Penha, residência oficial do Comandante Plínio, por vezes, saía furtivamente uma sombra, a silhueta esguia de uma cabaia chinesa (157), revelando esta passagem que alguns altos quadros da administração viviam os seus casos amorosos numa quase clandestinidade, para salvarem as aparências. Mas o contrário se passava com outros que não escondiam as suas paixões e amores, como vimos com A-Mi e Rudolfo.

O tufão se ainda hoje amedronta, naquele tempo era mortífero, principalmente porque a população marítima de Macau era composta por mais de cinquenta mil habitantes, que, na maior parte, não têm outra habitação além dos seus barcos, alguns dos quais pobres esquifes, os tancás, onde num prodígio de arrumação vive uma família completa — mãe, pai e filhos — com a sua cozinha, as suas esteiras, o seu altar. / A China até no furor

das tempestades, manifesta o seu cunho inconfundível e aterrador. (...) Desaparece a noção de segurança e toda a Natureza se reveste de uma maldade medonha e tão profunda que, ao pé dela, a tristeza que mais ou menos sempre paira no Oriente chega a parecer uma alegria de invejar (189).

Refere-se que o poder da oração é enorme, podendo ter efeitos tanto benéficos quanto maléficos. Em Macau, quem quer fazer mal vai depor oferendas no pagode horrível, pequeno e asqueroso de Pau-Kun-Miu, onde se venera Pau-Kong — o rei dos Raios — e especialmente destinado a fazer mal e quem deseja o bem dirige-se (...) ao pagode de Na-T'cha-Miu (199).

E à questão de saber se existiu ou existe magia na China esclareceu-se que a magia na China é de uso tão corrente que constitui como que uma das necessidades da vida. / Um casamento, um negócio, etc., não se realizarão, em regra, sem uma consulta aos videntes. (...) E, assim, a vida chinesa passa-se toda ela numa emaranhada teia de crenças ocultas cujo significado mais íntimo nos escapa completamente, por falta de conhecimento da língua, o que tanta vez se torna como um abismo a separar-nos do mundo chinês (196).

Frazão volta a Portugal atravessando o Japão, a Sibéria, a Rússia e a Europa, aproveitando para fazer contactos comerciais e negócios. Este regresso é classificado como uma deportação forçada para Portugal, sinal da efectiva prisão a que a China amarra as suas vítimas, os ocidentais que ousam visitá-la.

A concluir o enredo romanesco, Frazão parte para uma segunda viagem ao Oriente, que inicia tomando o comboio para Marselha, na companhia do Major Vilasboas e da mãe de Rudolfo atraída pelas saudades do filho e pela curiosidade de conhecer o primeiro neto. Este *terminus* parece sugerir e sublinhar que quem vem ao Oriente sente necessidade de aí retornar e arrastar outros consigo! Despertado o apetite, a fome de Oriente é insaciável! Mas o Oriente é o objectivo, apesar de todos os perigos. Esta é a Mensagem do livro que configura isso como um dever indeclinável.

Inso Orientalista Português

Tendo em conta o assinalado do romance *O Caminho do Oriente*, Jaime Correia do Inso deve ou não ser considerado um Orientalista?

Parece podermos concluir que na obra analisada o Oriente, mais do que uma realidade geográfica e social é um *constructo* intelectual para servir propósitos de propaganda colonial e de restauração do prestígio da sua Pátria em terras da Ásia e da Oceânia. De facto, embora a realidade seja apresentada de forma algo superficial, havendo simplismo e imediatismo em alguns registos, também é evidente que não se verifica uma intencionalidade de subalternização ou dominação do Outro. De acordo com a apreciação de alguns ensaístas e críticos literários, nomeadamente Seabra Pereira (2015) e Brookshaw (2011), nas suas



Jaime do Inso — Capitão de Fragata in *Revista da Armada* — Setembro/Outubro 2005, p. 19.

descrições do Oriente, Jaime do Inso revela-se não só cronista mas também um autor de ficção com uma narrativa de pendor eurocentrista e orientalista moderado. Isto que claramente se depreende da obra de Inso neste artigo densamente percorrida, podemos acrescentar que sairia reforçado e mais nítido se fizéssemos o mesmo exercício noutras obras do mesmo autor, que tiveram por objecto a China e Macau.

Os portugueses devem tirar partido do Oriente frágil, decadente, ultrapassado e, por isso a necessitar de ser modernizado. Mas este proveito não deve ser realizado em termos de negociação e convívio com os chineses, sendo eles os verdadeiros donos do negócio. Acresce que em alguns apontamentos, nomeadamente etnográficos, históricos e religiosos muitas vezes se nota admiração e enlevo, incompatíveis se

julgasse superior a cultura portuguesa em relação às orientais.

A mulher oriental é personalizada em várias figuras, desde logo na bela filipina que deslumbra Frazão, manifestando, também, grande deslumbramento com as mulheres mistas. Noutro registo se as danças eróticas e os bailes carnavalescos marcam uma faceta, também em contracena surgem mulheres de porte senhoril como rainhas, nomeadamente em Ceilão. Grandeza e decadência nacional são constantes ao longo do romance. Grandeza nacional é passado de feitos heróicos e futuro que se almeja, porém agora em moldes modernos e vincadamente na área económica.

Sem dúvida que Jaime do Inso é um Orientalista, com uma moderada e humanizada visão dos Orientais e do Oriente, por isso justamente enquadrado no Orientalismo Português do século passado.

NOTAS

- 1 Puga (2011: 883) afirma que Jaime do Inso em China, Macau a Mais Antiga Colónia no Extremo Oriente e O Caminho do Oriente reflecte um ponto de vista eurocêntrico e preconceituoso devido à falta de contacto e consequente incompreensão, e também a sentimentos de superioridade "colonialista" preconcebidos. Laborinho (1999) refere que Jaime do Inso propõe um entendimento da realidade como ficção que é de grande modernidade, embora, a par desse sentido, exista uma perspectiva eurocêntrica e colonial característica dos anos trinta e da sua posição de oficial da marinha portuguesa em missão no Oriente.
- 2 Edward W. Said (1935–2003), americano de origens palestinianas, foi professor de Literatura Comparada na Universidade de Columbia (EUA), tendo publicado, em 1978, o livro *Orientalismo: Representações ocidentais do Oriente*, que rapidamente se converteu numa das obras mundialmente mais influentes no âmbito das ciências humanas e sociais, nomeadamente no que se refere a estudos pós-coloniais, interculturais e de teorias da literatura. Mas também foi uma das obras mais polémicas, devido ao activismo político do seu autor em prol da causa da Palestina e muitos leitores e críticos consideraram o conceito de orientalismo eivado de posições políticas antieuropeias e antiocidentais. Em 1993 publicou *Cultura e Imperialismo*, uma obra em que esclareceu e aprofundou algumas matérias abordadas na obra anteriormente referida. Em 24 de Agosto

- de 2003, pouco antes da sua morte, o jornal *Público* (Lisboa) publicou um notável artigo de Edward Said intitulado: *Os 25 anos de "Orientalismo": Uma janela para o Mundo.*
- Formalmente o Orientalismo nasceu no Concílio de Vienne, cidade no sul de França, (1311–1312), quando este deliberou criar as cátedras de árabe, grego, hebraico e sírio nas universidades de Avinhão, Bolonha, Oxford, Paris e Salamanca (Said, 1995), anotando-se que o ensino do árabe nunca chegou a iniciar-se. Para Said a dicotomia conceitual Ocidente-Oriente apenas no século XVIII amadureceu, robustecendo-se então o estudo e os conhecimentos acerca do Outro; até aí os orientalistas tinham-se ficado pelos estudos bíblicos e de línguas do Médio Oriente, como o hebraico (Said, 1995). A nosso ver, este tipo de Orientalismo é anterior, iniciando-se a sua robustez com os Descobrimentos Portugueses, portanto no século XV, mas somente no século XVIII os jesuítas franquearam à Europa as portas da sinologia.
- 4 Tradução nossa.
- Este é de todos os Orientalismos o menos estudado em todo o mundo e, nos vários congressos e reuniões de orientalistas, a participação portuguesa foi quase sempre fraca, mas em muitos deles podemos constatar que há referências e documentos ao Orientalismo português.
- 6 Gerson da Cunha (1844–1900), natural de Goa, foi médico, historiador, coleccionador, numismata, viajante, orientalista. Foi um dos primeiros investigadores a estudar o Orientalismo português,

- tendo participado no V Congresso Internacional dos Orientalistas (1878), em Florença, no qual apresentou uma contribuição sobre o estudo do Sânscrito e da cultura Hindu entre os Portugueses, publicado nas Actas do mesmo: *Materials for the History of Oriental Studies amongst the Portuguese* (1880). Participou ainda no XII Congresso Internacional dos Orientalistas (1889), em Roma.
- 7 Recorda-se, por exemplo, a importância dada aos primeiros japoneses que visitaram Portugal e outras terras da Europa, a sagração do primeiro bispo negro, Dom João, Bispo do Congo, e a importância dada a uma certa burguesia africana instalada no Algarve logo nos primórdios dos Descobrimentos.
- 8 José Capelo Franco Frazão (1872-1940), primeiro Conde de Penha Garcia, foi ministro, deputado à Câmara dos Deputados em várias legislaturas e presidente desta câmara em 1908. Tinha o curso de direito, foi presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa entre 1928 e 1940.
- 9 As duas outras obras premiadas foram O Velo d'Oiro, de Henrique Galvão, e Poetas e Prosadores, de José Ferreira Martins.
- 10 No presente artigo sempre que se indica apenas a página, sem outra referência, a citação pertence a esta obra.

BIBLIOGRAFIA

- Avelar, Ana Paula. "Construindo um conceito, O Orientalismo nos primeiros escritos portugueses sobre a China e Macau" in AA. VV., *Macau na escrita, escritas de Macau.* Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 81–92. 2010.
- Boxer, Charles R. *Relações raciais no Império Colonial Português,* 1415–1825, (2.ª edição). Porto: Editora Afrontamento. 1988.
- Brookshaw, David. "Literatura de Macau A Pluralidade na singularidade e a singularidade na pluralidade", in *Review of Culture*. Macau: ICM, pp. 131–136. 2008.
- _____. Literatura Macaense, in DITEMA *Dicionário Temático*de Macau, Vol. III. Macau: Universidade de Macau, pp.

 876–880. 2011.
- Burton, Richard F. *Goa and the Blue Mountains, or six months of sick leave,* ed. Dane Kennedy. Berkeley (1.ª edição). Los Angeles: University of California Press. 1991.
- Catroga, Fernando. A História começou a Oriente, Orientalismo em Portugal, séculos XVI–XX. Ciclo de Exposições Memórias do Oriente. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp. 197–232. 1999.
- Cunha, Gerson da. Outros Orientalismos: A Índia entre Florença e Bombaim (1860-1900). Lisboa: ICS. 2009.
- Guimarães, Ângela. *Uma Corrente do Colonialismo Português, A Sociedade de Geografia de Lisboa 1875–1978*. Lisboa: Livros Horizonte. 1984.
- Horta e Costa, Salvador da Cunha Cordovil. *Jaime Correia do Inso, Uma vida dedicada à Marinha e encantada pelo Oriente,*(Tese de Mestrado). Alfeite: Escola Naval. 2019.
- Inso, Jaime do. *O Caminho do Oriente*. (2.ª edição). Macau: Instituto Cultural de Macau. 1996.
- _____. *Cenas da vida de Macau*. (2.ª edição). Macau: Instituto Cultural de Macau. 1997.
- . China. (2.ª edição). Macau: Livros do Oriente. 1999.

- Laborinho, Ana Paula. In *O Caminho do Oriente* de Jaime do Inso. (2.ª edição), Macau: ICM, pp. 5–9. 1999.
- Lima, Isabel Pires de. O Oriente Literário entre Dois Séculos, in CADMO Revista do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa, n.º 13, pp. 129-146.
- Machado, Everton V. O Orientalismo Português e as Jornadas de Tomás Ribeiro, Caracterização de um Problema. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. 2018.
- Puga, Rogério Miguel. "A imaginação de um ocidental, rumo à alteridade. Representações dos espaços semicoloniais de Macau em 'O caminho do Oriente', de Jaime do Inso", in *Hispanica*, Vol. 99, n.º 4, Dezembro de 2016, pp. 541–552. Editada pela Associação Americana de Professores de Português e de Espanhol. 2016.
- Ramos, Manuela Delgado Leão. *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*. Lisboa: Fundação Oriente. 2001.
- Said, Edward W. Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente (trad. Tomás Rosa Bueno). S. Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- _____. Orientalism: Western Conceptions of the Orient. London: Penguin Books. 1995.
- Seabra Pereira, José Carlos. *Delta Literário de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau, pp. 125–143. 2015.
- Venâncio, José Carlos. Colonialismo, Antropologia e Lusofonias Repensando a presença portuguesa nos trópicos. Lisboa: VEJA. 2014.
- Viterbo, Francisco Marques de Sousa. "O Orientalismo em Portugal no século XVI", in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 12.ª Série, n.º 78, Julho-Agosto 1893, pp. 317-330. 1893.
- Xavier, Ângela Barreto e Županov, Inês G. Catholic Orientalism. Empire Indian Knowlege (16th-18th centuries). Nova Deli: Oxford University Press. 2015.